

## QUANDO A LEI FOR EMBORA

Por: Marcelo Bareato<sup>1</sup>

Caro leitor, de início, faço uma constatação: estamos passando por tempos difíceis.

Parece que esquecemos como funciona o sistema de poderes deste país e o porquê o legislativo e executivo tem votação de quatro em quatro anos e o judiciário tem concurso público. Vamos então relembrar: votamos no legislativo e no executivo, para poder acompanhar o desenvolvimento daquele político a quem demos nosso voto e ver se, de fato, ele continua a nos representar e cumprir aquilo que se dispôs a fazer. De outro lado, fazemos concurso para o judiciário na esperança de que, aquele que for provido, tenha grande conhecimento sobre as leis existentes e possa aplicá-las com isenção, sem tomar partido pela acusação ou defesa, mas fazendo valer, sobretudo, o que determina o texto constitucional, aquele que, ou bem ou mal, nossos antepassados deram o sangue para que hoje tivéssemos a liberdade que temos, pudéssemos, mesmo com todos os erros e incoerências, ter um direito que cuida-se para que o acusado tivesse garantidos os seus direitos sobre qualquer abuso ou ditadura.

Sim!!! O juiz está amarrado ao texto constitucional e jura defender a constituição, assim como todas as leis em vigor durante sua atividade como julgador, para que possamos fiscalizá-lo e obrigá-lo a manutenção do que hoje chamamos de Estado Democrático.

Se assim o é, o que estamos fazendo desse país?

Vejamos alguns casos:

### **1 – no dia 21/05/2019, em Cuiabá, Shopping Pantanal – ADOÇÃO NA PASSARELA.**

Tratou-se de evento onde crianças foram levadas a um shopping e, com o pretexto de lhes proporcionar um “dia de princesa/príncipe”, foram colocadas para desfilar em uma passarela afim de que as famílias pretendentes pudessem olhar e escolher dentre as “mercadorias” a disposição.

O mais triste de tudo isso é que contou com o apoio da OAB, do MP e da Magistratura, num verdadeiro circo dos horrores já que, ainda que pensássemos que seria uma possibilidade de adoção, como fica a cabeça daquela criança mais velha que, apesar do esforço, não conseguiu, mais uma vez, um lar?

---

<sup>1</sup> Doutorando em Direito Público; Advogado Criminalista; Professor de Direito Penal, Processo Penal, Execução Penal, Legislação Penal Extravagante; Presidente do Conselho de Comunidade na Execução Penal de Goiânia; Presidente da Comissão Especial de Direito Penitenciário e Sistema Prisional da OAB/GO; Diretor Institucional da ABRACRIM/GO, entre outros (ver currículo lattes).

## **2 – presidente da OAB nacional – 22/05/2019 – via Twitter – OFENSA AOS ADVOGADOS**

Neste caso, o presidente nacional da OAB, ao se irritar com alguns advogados de teclavam com ele, sobre “Fake News”, se posicionou de forma inconcebível, chamando alguns de “filhos da puta”. O fato viralizou e terminou com um pedido de desculpas pelas redes sociais.

O que salta aos olhos neste caso é pensar qual o preparo que este senhor tem para ocupar o cargo que ocupa, para dirigir uma categoria toda, nos quatro cantos deste país?

Pedir desculpas depois de fazer, pouca serventia, ou nenhuma, traz ao ato praticado, e isso é cada vez mais comum.

## **3 – deputado Waldir – 22/05/2019 – câmara dos deputados – OFENSA AOS ESTUDANTES**

No presente caso, o deputado federal por Goiânia, ficou irritado e chamou os estudantes de “maconheiros” e continuando, mandou-os “trabalhar”, ao perceber que estava sendo filmado por um professor.

Este senhor é quem oferece as nossas leis, é do Congresso Nacional que saem as diretrizes desse país, Congresso ao qual creditamos nossas velas mestras na condução de uma sociedade mais justa e fraterna, mas recebemos cada vez mais “psicopatas” eleitos por aqueles que não pesquisam, que não se informam, que não se interessam pelo destino deste barco chamado Brasil e submetem a todos os demais as desventuras do caos.

## **4 – Ministro Barroso do STF – 21/02/2019 – TRIBUNAL ILUMINISTA**

No quarto caso, relembramos o Ministro do STF que claramente coloca o Tribunal no papel de órgão “iluminista”, se desprendendo do que determina o texto constitucional para atuar de forma moralista sobre assuntos específicos do legislativo; afinal, alguém, na visão dele, precisa retirar esse país da “idade das trevas”.

Tal postura não é a primeira vez, já tivemos o STF revogando leis, brigando com o legislativo ao declarar a inconstitucionalidade de uma lei e o legislativo recriando o contexto da inconstitucionalidade e assim por diante.

O que nos preocupa é o desenrolar de toda essa trama, onde temos no legislativo pessoas totalmente despreparadas, temos no judiciário pessoas que se colocam acima de todos e pensam que representam “Deus na terra”, fazendo de um país com todas as suas especificidades, o quintal da sua casa.

Não esqueçamos aqui, que estamos em meio a discussão sobre a criminalização do aborto no legislativo, enquanto o STF se debruça a forçar a Bancada Evangélica que quer moralizar o país, a aceitar a obrigação de proteção a homofobia; sem leis e tudo acontecendo apenas obedecendo a critérios puramente baseados na moral de cada participante, sem nunca se imaginar que isso que vivemos, ou bem ou mal, é uma Democracia baseada no direito como fato.

De tudo que podemos observar, e ficaríamos aqui durante muito tempo descrevendo vários absurdos, o que nos interessa, de fato, o que vemos nos dias de hoje, é o predomínio da insensatez, da violência, da busca pelo domínio de todo aquele que se colocar no caminho do outro, deixando de lado a única coisa que ainda causava um pouco de preocupação, ou seja, a lei e seu obrigatório cumprimento.

Caminhamos para a aniquilação de nosso ordenamento jurídico em prol de uma ideia estadunidense que não nos pertence; não somos uma sociedade dada ao costume, mesmo porque, temos vários costumes agregados de todos os seguimentos.

Fechamos nosso artigo lembrando ao nosso leitor que, QUANDO A LEI FOR EMBORA não teremos mais balizas, o parâmetro terá ido junto e permitiremos a todo e qualquer cidadão que esteja acima do nosso patamar, ditar regras, aplicar regras, de acordo com a moral que ele acha ser a certa. Estaremos num país sujeito a toda sorte de comando e esse comando será inquestionável, já que não temos parâmetro legal para cumprir, o que, por consequência, impede que possamos questionar. Estamos mesmo preparados para isso e isso é o que nos espera a título de futuro?